



Fachin tenta por a crise na geladeira, mas não diminui a fervura

Fachin hesita e prolonga a crise do Supremo

Antes, um breve reparo. Na sabatina ao Correio da Manhã, o candidato do PSB ao GDF, Ricardo Cappelli, criticou o silêncio do ministro da Justiça, Wellinton Cesar Lima e Silva, quanto à decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça de afastar o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Cappelli disse que “faltou pulso” ao governo. Como o chefe do governo é o presidente da República, a coluna atribuiu a falta de pulso a Lula. Cappelli disse que não se referia diretamente a ele. Feito o reparo. Vamos, então, ao novo capítulo da crise. Advogado com atuação nas Cortes superiores – atuou, inclusive, no famoso julgamento do golpe –, Melillo Dinis acompanha o desenrolar da crise do STF e aponta ver uma única saída possível: a construção de uma solução coletiva. Como acontece em um tribunal de júri. Sentença coletiva, que não abre margem a nenhuma decisão solitária.

Um processo de mediação

Quem quiser detalhes de como se dá essa construção em um júri, aconselha-se ver Doze Homens e uma Sentença, clássico filme de tribunal com Henry Fonda. O filme dirigido por Sidney Lumet mostra em detalhes como um júri constrói uma sentença por consenso. Não por acaso, serviu de base para que a psicóloga e mediadora de conflitos Rita Romaro escrevesse um livro intitulado “Doze Homens e uma Sentença: Um processo de Mediação”. Para Melillo, o estágio atual da crise do Supremo é o oposto disso.



Filme com Fonda é exemplo de como júri constrói um consenso

Excesso de individualismo

É a grave epidemia de decisões monocráticas na Corte levada ao extremo. “Há um excesso de individualismo que está corroendo o Supremo”, observa Melillo. Então, Alexandre de Moraes puxa para si o interminável inquérito das fake news. André Mendonça torna públicas investigações sobre Moraes. Moraes pede abertura de inquérito contra Mendonça. Mendonça manda afastar Andrei Rodrigues. Flávio Dino manda que Rodrigues volte ao comando da PF. E Fachin, então, também decide sozinho.

Adiar a sessão do STF foi um grande erro

Então, o presidente do STF, Edson Fachin, toma também decisões monocráticas e comete o grande erro: em vez de chamar logo todos para uma discussão em busca de consenso, ele adia a sessão plenária da Corte. As informações de bastidores são de que Fachin ficou extremamente irritado com a última decisão solitária de Dino que, na sua avaliação, só teria aumentado a fervura da crise. Mas preferiu agir sozinho.

Sem chance de erro

Para Melillo, não haveria chance de erro na construção de uma solução consensuada em plenário por todos os atuais dez ministros do Supremo. “Não há instância acima do Supremo”, observa Melillo. Isso também tiraria de Fachin o peso de decidir sozinho. O que seria mais um erro diante de tantas decisões individuais.

Sociedade

Na avaliação do advogado, a essa altura nem seria o caso de dividir a decisão somente com os outros nove ministros da Corte. Mas com a sociedade. E, nesse sentido, a hesitação de Fachin teria cometido mais um erro. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sugeriu uma reunião para discutir a crise. Ele também resolveu adiá-la.

Brincando com fogo

Para Melillo, quem hoje escolhe seu ministro favorito como quem torce para um time ou está brincando com fogo ou não está entendendo nada. “Tem muita gente torcendo pela briga”, adverte o advogado e analista político. “Uma situação que desgasta nessa ordem um dos poderes da República não é boa para ninguém”, continua.

Consequências

Se algum candidato à Presidência se beneficia mais ou menos de tudo isso, vale lembrar que terá depois que lidar com as consequências se eventualmente eleito. Um Supremo desacreditado significa uma Justiça desacreditada. “Nós vamos voltar aos tempos dos filmes de faroeste e ficar trocando tiros no Saloon?”, pergunta Melillo.

Ética

O advogado considera que há outras medidas urgentes que precisariam ser tomadas em paralelo. Uma delas seria acelerar a construção do Código de Ética que Edson Fachin propôs, mesmo que haja resistência a ele de alguns (não por acaso uns que estão na berlinda). “A ideia do texto já está definida por Cármen Lúcia”, designada relatora.

Regimento

Outra saída sugerida por Melillo é uma mudança no regimento do STF para reduzir as decisões monocráticas. “Não há nenhuma dúvida de que esse sistema ruuiu”. Melillo é um dos autores de um livro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): “Ética, Justiça e Direito – Reflexões sobre a Reforma do Judiciário”. Escrito há 30 anos.



Mendonça aceitou delação sobre repasses de Vorcaro para o filme

Mendonça homologa delação sobre “Dark Horse”

Ministro aceitou acordo da PGR firmado com Antonio Carlos Freixo Jr

Por **Gabriela Gallo**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça homologou, nesta quarta-feira (9), o pedido de delação premiada do empresário Antonio Carlos Freixo Junior, conhecido como “Mineiro”, sobre os investimentos do Banco Master para o filme “Dark Horse”, cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O empresário fechou um acordo de colaboração premiada com a Procuradoria-Geral da República (PGR) em 8 de outubro. Na terça-feira (8) ele e seus advogados de defesa se reuniram com um juiz auxiliar do gabinete de André Mendonça para avaliar o acordo de delação fechado com a PGR – que foi acatado pelo magistrado.

“Mineiro” é dono da empresa Entre Investimentos e Participações. Ele é apontado como o responsável por realizar os pagamentos do Master para o filme através do fundo de investimento dos Estados Unidos “Havengate Development Fund”, que administrava o dinheiro para “Dark Horse” e encaminhava os recursos para a empresa Go Up Entertainment, produtora responsável pelo filme.

No gabinete de Mendonça,

Freixo Junior confirmou que realizou sete repasses para o fundo americano a pedido de Daniel Vorcaro, dono do Master, totalizando US\$ 12,3 milhões (considerando a cotação do dólar de 2025, o valor varia entre R\$ 65 milhões e R\$ 69 milhões) para o filme.

O financiamento para o longa-metragem biográfico de Jair Bolsonaro foi realizado por Vorcaro a pedido do senador e pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

O banqueiro se comprometeu a pagar US\$ 24 milhões (o equivalente a R\$ 134 milhões na época) e, efetivamente, transferiu os US\$ 12,3 milhões.

O fundo Havengate é administrado por Paulo Calixto, advogado e amigo do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se mudou para os Estados Unidos (EUA) em março de 2025.

Com isso, a suspeita da Polícia Federal é que os valores pagos por Vorcaro não foram integralmente destinados para o longa-metragem, mas também poderiam ter sido destinados para custear a permanência de Eduardo Bolsonaro em solo americano. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), irmão de Eduardo, nega as acusações.